



Ficha de Procedimento de Segurança

**“Empreitada de Reabilitação de
Coberturas no Edifício no Casal Corado”**

TORRES VEDRAS

Índice

Artigo 14º - Ponto 2 alínea a) Identificação, Caracterização e Duração da Obra	3
Artigo 14º - Ponto 2 alínea b) A identificação dos intervenientes no estaleiro que sejam relevantes para os trabalhos em causa.....	5
IDENTIFICAÇÃO DO DONO DE OBRA.....	5
IDENTIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.....	5
IDENTIFICAÇÃO DO EMPREITEIRO E RESPECTIVOS SUBEMPREITEIROS	5
Artigo 14º - Ponto 2 alínea c) As medidas de prevenção a adoptar tendo em conta os trabalhos a realizar e os respectivos riscos.....	7
Artigo 14º - Ponto 2 alínea d) As medidas sobre as condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente.	8
Informação sobre as condicionantes	8
Medidas de Prevenção Adoptar	8
Artigo 14º - Ponto 2 alínea e) Os procedimentos a adoptar em situações de emergência	10
Lista de telefones úteis	12
Legislação aplicável	13

Pretende-se com o presente documento dar Cumprimento do disposto no Artº 14º do Decreto-lei nº 273-2003, de 29 de Outubro, catalisando práticas de prevenção de acidentes.

ARTIGO 14º - PONTO 2 ALÍNEA A) IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DURAÇÃO DA OBRA

A presente empreitada com a designação de “**Empreitada de Reabilitação de Coberturas no Edifício no Casal Corado**”, consiste na execução de trabalhos de reabilitação das coberturas da nave das bombas e do Datacenter e habitação e ainda reparação do teto da nave das bombas no Casal Corado.

A duração prevista de execução da empreitada é de 45 dias.

Os trabalhos a executar na empreitada são essencialmente:

- * Montagem e Desmontagem de Estaleiro
- * Limpeza e lavagem de coberturas
- * Impermeabilização de coberturas

O endereço do estaleiro será na Rua Casal Corado, Torres Vedras, concelho de Torres Vedras.

TRABALHOS QUE IMPLIQUEM RISCOS ESPECIAIS PARA A SEGURANÇA E SAÚDE DOS TRABALHADORES REFERIDOS NO ARTIGO 7º DO DECRETO-LEI N.º 273/2003 de 29 de Outubro (assinalar se for o caso):

- Sim Trabalhos que exponham os trabalhadores a riscos de soterramento, de afundamento ou de queda em altura, particularmente agravados pela natureza da atividade ou dos meios utilizados, ou do meio envolvente do posto, ou da situação do trabalho, ou do estaleiro.
- Não Trabalhos que exponham os trabalhadores a riscos químicos ou biológicos suscetíveis de causar doenças profissionais.
- Não Trabalhos que exponham os trabalhadores a radiações ionizantes, quando for obrigatória a designação de zonas controladas ou vigiadas.
- Sim Trabalhos efetuados na proximidade de linhas elétricas de média e alta tensão.
- Não Trabalhos efetuados em vias ferroviárias ou rodoviárias que se encontrem em utilização, ou na sua proximidade.
- Não Trabalhos de mergulho com aparelhagem ou que impliquem risco de afogamento.
- Não Trabalhos em poços, túneis, galerias ou caixões de ar comprimido
- Não Trabalhos que envolvam a utilização de explosivos, ou suscetíveis de originarem riscos derivados de atmosferas explosivos.
- Não Trabalhos de montagem e desmontagem de elementos pré-fabricados ou outros, cuja forma, dimensão ou peso exponham os trabalhadores a risco grave.
- Não Outros trabalhos que o dono da obra ou o autor do projeto considerem suscetíveis de constituir risco grave para a segurança e saúde dos trabalhadores.

ARTIGO 14º - PONTO 2 ALÍNEA B) A IDENTIFICAÇÃO DOS INTERVENIENTES NO ESTALEIRO QUE SEJAM RELEVANTES PARA OS TRABALHOS EM CAUSA

IDENTIFICAÇÃO DO DONO DE OBRA

DONO DA OBRA: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras

FISCALIZAÇÃO DA OBRA/DONO DA OBRA: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras

ACOMPANHAMENTO DA OBRA: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras

IDENTIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

EMPRESA DE FISCALIZAÇÃO: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREITEIRO E RESPECTIVOS SUBEMPREITEIROS

N.º TRABALHADORES PREVISTO:

N.º SUBEMPREITEIROS PREVISTOS:

DIRECTOR DA OBRA:

TELEF:

TÉCNICO RESPONSÁVEL DA OBRA:

TELEF:

SUBEMPREGATEIROS	SUBEMPREGITADA
 Início ____/____/____ Fim ____/____/____
	Início ____/____/____ Fim ____/____/____
 Início ____/____/____ Fim ____/____/____
 Início ____/____/____ Fim ____/____/____
 Início ____/____/____ Fim ____/____/____
 Início ____/____/____ Fim ____/____/____
 Início ____/____/____ Fim ____/____/____

ARTIGO 14º - PONTO 2 ALÍNEA C) AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO A ADOTAR TENDO EM CONTA OS TRABALHOS A REALIZAR E OS RESPETIVOS RISCOS

De uma forma geral devem ser apresentadas Fichas de Avaliação de Riscos e de Medidas Preventivas de acordo com as atividades previstas em Obra.

Constituem principal preocupação, em termos de segurança, os seguintes fatores:

- a) Os riscos de queda em altura, quedas desniveladas e outras;
- b) A envolvente da edificação, com vias de tráfego intenso e outros edifícios, e consequentes impactos daí resultantes;
- c) A existência de outras atividades em curso nas imediações;
- d) A necessidade de utilização de gruas;
- e) O risco de atropelamento por máquinas e viaturas;
- f) A movimentação de cargas pesadas;
- g) A queda de objetos, de materiais e de equipamentos;
- h) A queda ou desmoronamento de estruturas (provisórias);
- i) Os riscos elétricos;
- j) A simultaneidade de algumas operações;
- k) A manipulação e armazenagem de materiais, produtos, substâncias e preparações perigosas;
- l) As imprudências resultantes da possível falta de formação / informação dos trabalhadores sobre a segurança, higiene e saúde no trabalho, ou resultantes de uma gestão deficiente dos trabalhos, dos meios humanos e dos meios materiais, bem como resultantes da indisciplina dos intervenientes.

De uma forma geral devem ser apresentadas Fichas de Avaliação de Riscos e de Medidas Preventivas de acordo com as atividades previstas em Obra.

ARTIGO 14º - PONTO 2 ALÍNEA D) AS MEDIDAS SOBRE AS CONDICIONANTES EXISTENTES NO ESTALEIRO E NA ÁREA ENVOLVENTE.

Informação sobre as condicionantes

Sem prejuízo de outros que a Entidade Executante/Adjudicatário, a Fiscalização e o Coordenador de Segurança da Obra deverão verificar, identificam se desde já como maiores condicionalismos existentes no local e no meio envolvente que, direta ou indiretamente, podem prejudicar ou condicionar os trabalhos no Estaleiro, os seguintes:

- Características geológicas, hidrológicas e geotécnicas do terreno;
- Redes técnicas aéreas ou subterrâneas
- Atividades que decorram no local que possam ter implicações na prevenção de riscos profissionais associados à execução dos trabalhos

Na preparação e planeamento dos trabalhos, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá ter em consideração os condicionalismos identificados, assim como outros que venha a detetar na fase de execução, e planear e implementar todas as medidas necessárias à prevenção de acidentes face aos riscos associados.

Para a realização de trabalhos que possam interferir com serviços afetados, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá, antes de iniciar os trabalhos, localizar todos os serviços e manter, em coordenação com a Fiscalização, um contacto permanente com as entidades concessionárias dos eventuais serviços existentes. Importa assegurar que eventuais remoções e/ou reinstalações de serviços sejam executadas de forma a evitar acidentes de trabalho durante a execução da empreitada.

Medidas de Prevenção Adotar

Para além da implementação de um sistema de registos de controlo dos equipamentos de apoio, das fichas de aptidão médica e física dos trabalhadores e da realização de ações de

formação específicas aos trabalhadores, serão implementados as seguintes medidas de prevenção face aos riscos profissionais identificados:

Risco	Medidas de Proteção Coletiva e Individual
Quedas ao mesmo nível	Limpeza das frentes de trabalho
	Arrumação ordenada dos materiais
Queda em altura	Sinalização das zonas de risco de queda em altura (ex. valas, coberturas)
	Criação de zonas de acesso à frente de obra com condições de segurança;
	Instalação de plataformas de trabalho em altura (ex. andaimes) ou sistemas antiqueda individuais (ex. arnês e linha de vida)
Ruído	Utilização de auriculares
Fumos e Gases	Utilização de máscara

Para a realização desta empreitada, face aos riscos, os trabalhadores terão de utilizar os seguintes EPI'S

- Calçado de segurança
- Capacete de proteção
- Colete refletor
- Auriculares
- Mascarão de filtros físicos

ARTIGO 14º - PONTO 2 ALÍNEA E) OS PROCEDIMENTOS A ADOTAR EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Nos termos da legislação em vigor, constitui obrigação do empregador o estabelecimento das medidas a adotar em caso de ocorrência de acidentes.

A Entidade Executante/Adjudicatário preparará até 11 (onze) dias após a data da consignação um Plano de Emergência estabelecendo as medidas a aplicar em caso de acidente, o qual deve prever, nomeadamente, o seguinte:

- Afixação na vitrine de obra e junto aos telefones que existam no estaleiro, registo de contactos de emergência, nomeadamente Bombeiros, Forças de Segurança (PSP ou GNR), Hospital, entidades concessionárias de serviços afetados, Serviços Camarários, Fiscalização, Coordenador de Segurança Obra, responsável pela Direção Técnica da Obra, Encarregado Geral;
- Sinalização de segurança identificando, nomeadamente, os meios de combate a incêndios e o posto de primeiros socorros;
- Identificação de elementos com formação em prestação de primeiros socorros, devendo ser prevista uma forma rápida de comunicação com os socorristas;
- Prever instalações adequadas para a prestação de primeiros socorros atendendo à dimensão da obra e ao número de trabalhadores. Tais instalações deverão ter os equipamentos e o material indispensáveis ao cumprimento das suas funções e devem localizar-se em local de fácil acesso possibilitando a movimentação de macas e serem devidamente sinalizadas;
- Não deve haver trabalhadores isolados, sendo as equipas constituídas, no mínimo, por dois trabalhadores;
- Caminhos e sinalização adequada de acesso a todas as zonas de trabalhos para evacuação de sinistrados e de todo o pessoal da obra em caso de ocorrência de catástrofe.
- Localização do ponto de encontro.

No caso de obras com frentes de trabalho em locais não servidos diretamente por vias públicas e outros de difícil referência à sua localização exata, deverá a Entidade

Executante/Adjudicatário promover os contactos necessários com os bombeiros locais entregando-lhes uma cópia do Plano de Emergência e sempre que possível acompanhar estes numa visita a essas frentes de trabalho determinando-se em conjunto as placas de sinalização necessárias para se chegar às frentes de trabalho.

Este plano deverá ser amplamente divulgado e testado através de simulações periódicas.

Sempre que, no estaleiro, coexistam mais do que uma Entidade Executante, a CSO promoverá as ações necessárias para compatibilizar os diferentes subsistemas, de modo a lhe conferir coerência e operacionalidade.

Nos estaleiros móveis, deverá existir em cada frente de trabalho, uma caixa de primeiros socorros (uma por cada vinte trabalhadores), um extintor e uma lista de contactos de emergência. O conteúdo mínimo da caixa de primeiros socorros deverá ser:

- Máscaras de proteção facial;
- Luvas descartáveis em nitrilo (em embalagem fechada);
- Tesoura de pontas redondas;
- Compressas esterilizadas de diferentes dimensões;
- Compressas de diferentes dimensões para queimaduras;
- Pensos rápidos;
- Rolo adesivo;
- Ligadura não elástica;
- Solução antisséptica de povidona iodada a 10%;
- Álcool etílico a 70%;
- Soro fisiológico (ampolas com 10ml);
- Água oxigenada a 10 volumes;
- Termómetro digital;
- Saco térmico para aplicação de frio;
- Normas de utilização.

Lista de telefones úteis

INSTÂNCIAS	NÚMERO DE TELEFONE
Emergências (Geral)	112
PSP Torres Vedras	261 330 770
Hospital Torres Vedras	261 319 300
Bombeiros Voluntários de Torres Vedras	261 322 122
SMAS Torres Vedras	261 336 500
EDP	800 506 506
Contacto Dono da Obra	261 336 500
CSO	261 336 545
Empreiteiro –	

Na empreitada “**Empreitada de reabilitação das coberturas no Edifício no Casal Corado**” aplica-se toda a regulamentação de segurança e de saúde que se encontre em vigor, para além da nomeada abaixo (lista não exaustiva):

➤ Enquadramento legal de SST

- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro - Código do Trabalho - Art.º 281º a 284º - (Estabelece os princípios gerais em matéria de segurança e saúde no trabalho)
- Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro - Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho - (Regulamenta o Regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho, de acordo com o previsto no art.º 284º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)
- Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto - (Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho e procede à primeira alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o Regime Jurídico ao revogar o n.º 3 do artigo 100.º)
- Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto - (Procede à quinta alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, dando nova redação ao artigo 16.º)
- Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de maio - (Procede à alteração da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, alterada pelas Leis n.ºs 42/2012, de 28 de agosto, e 3/2014, de 28 de janeiro)
- Portaria n.º 255/2010, de 5 de maio - (Estabelece o modelo de requerimento de autorização de serviço comum, de serviço externo e de dispensa de serviço interno de segurança e saúde no trabalho)
- Portaria n.º 275/2010, de 19 de maio - (Estabelece as taxas aplicáveis aos processos de autorização de Serviços de SST)
- Portaria n.º 71/2015, de 10 de março - (Aprova o modelo de ficha de aptidão de exame de saúde)
- Portaria n.º 121/2016, de 4 de maio - (Revoga a Portaria n.º 112/2014, de 23 de maio, que regula a prestação de cuidados de saúde primários do trabalho através dos Agrupamentos de Centros de Saúde - ACES)
- Declaração de Retificação n.º 20/2014, de 27 de março - (Retifica a Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro)
- Lei n.º 73/2017 de 16 Agosto (Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro)
- Portaria n.º 390/2002 de 11 de abril (Aprova o regulamento relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de consumo, disponibilização e venda de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho da administração pública central e local);

➤ Acidentes de trabalho e Doenças Profissionais

- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro - Código do Trabalho - Art.º 283º e 284º - (Prevê o direito
- Fichas de procedimento de Segurança – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras

à reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais)

- Lei nº 98/2009, de 4 de setembro - (Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais)

- Decreto-Lei nº 159/99, de 11 de maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 382-A/99, de 22 de setembro - (Regulamenta o seguro obrigatório de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes)

- Portaria nº 256/2011, de 5 de julho - (Aprova a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respetivas condições especiais uniformes)

- Portaria n.º 22/2018, de 18 de janeiro - (Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho e revoga a portaria n.º 97/2017 de 7 de março)

➤ Agentes físicos

Ruído:

- Decreto-Lei nº 182/2006, de 6 de setembro (Prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído))

Vibrações:

- Decreto-Lei nº 46/2006, de 24 de fevereiro (Prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes à exposição dos trabalhadores aos riscos devidos a vibrações mecânicas)

➤ Agentes químicos

- Decreto-Lei nº 479/85, de 13 de novembro e Decreto-Retificativo DR nº 26/86, de 31 de janeiro (Fixa as substâncias, os agentes e os processos industriais que comportam risco cancerígeno, efetivo ou potencial, para os trabalhadores profissionalmente expostos)

- Decreto-Lei nº 301/2000, de 18 de novembro (Regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho)

- Decreto-Lei nº 24/2012, de 6 de fevereiro (Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho)

- Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio (Procede à alteração do Decreto -Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro, que consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de dezembro de 2009) e (Altera o Decreto -Lei n.º 301/2000, de 18 de novembro, que regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho)

Rotulagem de produtos químicos:

- Decreto-Lei nº 98/2010, de 11 de agosto (Estabelece o regime a que obedece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente)

- Decreto-Lei nº 220/2012, de 10 de outubro (Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e mistura)

Amianto:

- Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro - (Estabelece os procedimentos e objetivos com vista à remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios, instalações e equipamentos públicos)
- Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23 de junho - (Proíbe a utilização e comercialização de fibras de amianto e de produtos que contenham essas fibras nos termos do anexo I, ponto 16 e anexo II ponto 18)
- Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho - (Estabelece as normas de proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho)
- Resolução da Assembleia da República n.º 170/2016 - (Recomenda ao Governo que dê continuidade e conclua o processo de identificação e remoção integral do amianto em edifícios, instalações e equipamentos onde sejam prestados serviços públicos)

Atmosferas explosivas:

- Decreto-Lei n.º 236/2003, de 30 de setembro (Estabelece as prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores suscetíveis de serem expostos a riscos derivados de atmosferas explosivas)

➤ Equipamento de trabalho

- Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro (Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho)
- Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro (Estabelece as regras em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior)

➤ Segurança de máquinas novas

- Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho (Estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios)
- Decreto-Lei n.º 75/2011, de 20 de junho - (Procede à alteração dos artigos 3.º, 4.º, 12.º, 14.º e 19.º do Decreto -Lei n.º 103/2008, de 24 de Junho, estabelecendo os requisitos essenciais de proteção ambiental aplicáveis à colocação no mercado e à entrada em serviço das máquinas de aplicação de pesticidas)

➤ Segurança de máquinas usadas

- Decreto-Lei n.º 214/95, de 18 de agosto (Estabelece as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas, visando a proteção da saúde e segurança dos utilizadores e de terceiros)
- Portaria n.º 172/2000, de 23 de março (Define a complexidade e características das máquinas usadas que revistam especial perigosidade)

➤ Equipamento de Proteção Individual

- Lei n.º 113/99, de 3 de agosto - (Procede à alteração do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de Outubro, relativo à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de proteção individual)
- Decreto-Lei n.º 128/93, de 22 de março alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/95, de 14 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 374/98, de 24 de novembro (Prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de instrumentos de medição e de equipamentos de proteção individual)

- Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro (Prescrições Mínimas de Segurança e Saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de protecção individual no trabalho)

- Portaria nº 988/93, de 6 de outubro (Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de Equipamento de Protecção Individual, previstas no Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro)

- Portaria nº 1131/93, de 4 de novembro alterada pela Portaria nº 109/96, de 10 de abril e Portaria nº 695/97, de 19 de agosto (Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de protecção individual)

➤ Movimentação Manual de Cargas

- Lei n.º 113/99, de 3 de agosto - (Procede à alteração do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 330/93, de 25 de Setembro, relativo à protecção da segurança e da saúde dos trabalhadores na movimentação manual de cargas)

- Decreto-Lei nº 330/93, de 25 de setembro (Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas)

➤ Sinalização de segurança

- Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho (Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho)

- Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio - (Procede à alteração do Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho, que estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho, alterado pela Lei n.º 113/99, de 3 de agosto)

- Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro (Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho, previstas no Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho)

- Portaria nº 178/2015 de 15 de junho - (Procede à primeira alteração à Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro que regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho)

➤ Regulamentação de SST no sector da Construção civil

- Decreto nº 41821/58, de 11 de agosto - (Aprova o regulamento de segurança no trabalho da construção civil)

- Decreto nº 46427/1965, de 10 de julho - (Aprova o regulamento de Instalações Sociais Provisórias destinadas a pessoal empregado nas obras)

- Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro - (Estabelece regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros da construção e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar em estaleiros temporários ou móveis)

- Portaria nº 101/1996, de 3 de abril - (Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis)

➤ Profissões Regulamentadas

- Portaria nº 96/2012, de 5 de abril (Especifica as profissões regulamentadas abrangidas nos sectores das obras públicas, transportes e comunicações e designa as respetivas autoridades competentes para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais)

- Lei nº 42/2012, de 28 de agosto (Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões

de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho)

➤ Código do Trabalho

- Lei N.º 105/2009, de 14 de setembro (Regulamenta e altera o Código do Trabalho)

➤ Sinalização Temporária

- Regulamento de Sinalização do Trânsito – Decreto Regulamentar n.º 6/2019, de 22 de outubro, da Administração Interna, que altera o Regulamento de Sinalização do Trânsito, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 203, de 22 de outubro de 2019;

- Código da Estrada – Decreto-Lei n.º 102-B/2020, de 9 de dezembro;

- Manual de Sinalização Temporária janeiro 1997 – Junta Autónoma de Estradas – Tomo I e Tomo II;

- Manual de Sinalização Temporária; BRISA (1998);

➤ Diversos

- Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro (Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo);

- REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO (Edital n.º 714/2016 de 11 de agosto de 2016)